



POLÍTICAS PÚBLICAS E A ANÁLISE TEMPORAL

Isabela Fagundes Cagnin

Mestranda em Ciência Política pela UFSCAR

Resumo: Nesse artigo, objetivamos discutir os usos do *path dependence* e análise temporal como técnica de pesquisa, para os estudos em políticas públicas de modo a evidenciar as possibilidades e contribuições desses métodos. Para isso, faremos uma discussão bibliográfica acerca desse conceito e, após, apontaremos suas contribuições e as dificuldades de seu uso para o campo de políticas públicas.

Palavra chave: políticas públicas; institucionalismo histórico; *path dependence*.

Abstract: In this article, we discuss the uses of path dependence and temporal analysis as a research technique for studies in public policy in order to demonstrate the possibilities and contributions of these methods. For this, we will do a literature discussion of this concept, and after, we will point out their contributions and the difficulties of its use for the public policy field.

Keywords: Public Policy, Historical institutionalism, *Path dependence*.

Introdução

O objetivo é discorrer sobre o uso da análise temporal, nos estudos de políticas públicas, no qual traz para a investigação a importância da história e do tempo como um mecanismo explicativo. Apesar do campo de estudo de políticas públicas, ser vasto e complexo, esse trabalho irá apresentar uma discussão ampla da área de estudo, com o intuito de fornecer aos pesquisadores um panorama geral da análise temporal nas políticas públicas.

Com a realização de pesquisas cada vez mais voltadas para o presente a análise temporal traz para os pesquisadores uma nova possibilidade de



observação para seus objetos de pesquisa. Na área de políticas públicas esse modelo de análise possui grande importância uma vez que o impacto dos seus objetivos, as mudanças no seu desenho ao longo da execução e as ações dos agentes formuladores e implementadores são mais destacadas quando analisadas temporalmente.

O institucionalismo histórico, uma das vertentes do neo institucionalismo que surge em meados dos anos 1980, traz para a análise, a importância de uma observação histórica, temporal, de que o legado impacta sobre o futuro, ou seja, há uma dependência de trajetória (*path dependence*) que baliza as ações futuras dos indivíduos. O *path dependence* é uma ferramenta de análise no qual é possível observar a temporalidade e a importância desta no desenvolvimento de eventos, instituições, políticas públicas, etc.

Esse trabalho está dividido da seguinte forma: primeiro uma discussão acerca da análise temporal (histórico) e do *path dependence*, logo em seguida uma discussão sobre a análise temporal nas políticas públicas destacando pontos em que essa perspectiva analítica pode ajudar na melhor compreensão da política pública. Já no terceiro ponto temos a conclusão dos argumentos e ideias sobre a utilização e as dificuldades da análise temporal nas políticas públicas.

A análise temporal: o tempo e o *path dependence*

Propor a utilização de uma análise temporal na Ciência Política é sugerir uma análise histórica na qual os processos e práticas que ocorrem ao longo do tempo e espaço são colocados em foco possibilitando uma análise mais completa e complexa dos eventos. O autor Rémond¹ (2003) destacou a importância da multidisciplinaridade (História e Ciência Política) para a expansão e renovação daqueles que seriam tidos como assuntos próprios da

¹ Rémond é um autor que traz para a discussão a importância do retorno da história política como uma forma de compreensão das mudanças ocorridas na política.



ciência sociais e política. Pierson² (2004), na mesma direção, argumentou que o foco de estudo dos cientistas sociais está presente e, ao ignorar a dimensão temporal histórica esses cientistas estão empobrecendo suas análises.

A proposta da análise temporal surge em contrapartida da concepção vigente de que a sequência de eventos ocorridos não influencia nas decisões tomadas no presente momento ou futuras. O institucionalismo histórico é uma vertente no qual procura observar e explicar as instituições³ tanto como um processo político, quanto temporal. Ou seja, ao mesmo tempo em que atores agem sobre as instituições, as suas decisões serão limitadas por instituições resultantes de outras conjunturas (temporal e de conflito entre os atores).

Segundo Labra (1999), o institucionalismo histórico tem como preocupação o modo pelo qual as instituições, histórica e socialmente construídas, afetam as estratégias e metas dos atores, impactando no resultado das decisões. Hall e Taylor (2003) salientam que esse impacto é a dependência de trajetória, que rejeita o postulado de que as mesmas forças gerarão os mesmos resultados; e tem como premissa que as ações e decisões dos atores⁴ serão mediadas por características contextuais de uma situação herdada do passado. Portanto, o institucionalismo histórico ao trazer a possibilidade de uma análise que leva em consideração a trajetória dos acontecimentos, rompe com as análises até então realizadas de que os resultados são determinados no presente e encontrados da mesma forma em lugares diferentes.

Importante destacar, assim como Pierson (2004) fez, que o estudo proposto não é um estudo histórico em si, ou seja, não é um estudo do

² Pierson é o principal autor do neo institucionalismo que discorre sobre a importância da análise temporal e do *path dependence*.

³ Segundo Hall e Taylor (2003), o institucionalismo histórico entende por instituição, as normas, procedimentos, protocolos e convenções oficiais e não oficiais inerentes à estrutura organizacional da comunidade política e econômica. Para North (1998), a instituição pode ser entendida tanto como constrangimentos que definem os limites e cursos da ação como um conjunto de oportunidades de ações, das duas formas o intuito da instituição é moldar a ação.

⁴ Os autores destacam que o institucionalismo histórico leva em consideração em à distribuição de poder entre os grupos sociais pelas instituições que atribui a determinados grupos sociais maior poder de decisão.



passado ou uma descrição de eventos, mas sim a utilização dos mecanismos temporais à análise, no qual o tempo e a sequência em que os eventos ocorreram não são descartados dos estudos. A dependência de trajetória é justamente essa união entre o tempo e a sequência, o que permitirá aos cientistas sociais uma nova perspectiva de observação sem adentrar o campo dos historiadores.

Ao mesmo tempo em que a dependência de trajetória possibilitou uma nova perspectiva para os estudiosos, a sua aplicação e definição são múltiplas. Os primeiros teóricos do institucionalismo histórico engendraram diferentes explicações para que houvesse a dependência de trajetória. Hall e Taylor (2003) destacam duas explicações:

Os primeiros teóricos enfatizaram o modo como as “capacidades do Estado” e as “políticas herdadas” existentes estruturam as decisões ulteriores. Outros insistem no modo pelo qual as políticas adotadas no passado condicionam as políticas ulteriores ao encorajar as forças sociais a se organizar segundo certas orientações de preferência a outras, a adotar identidades particulares, ou a desenvolver interesses em políticas cujo abandono envolveria um risco eleitoral. (HALL e TAYLOR 2003; p.200).

O autor Mahoney⁵ (2000) também apontou algumas explicações para a dependência de trajetória, essas podem ser marcadas pelo retorno crescente⁶, quando uma instituição possui uma função específica para a sua aplicação e com o passar do tempo, acarretará aumento na habilidade daqueles que a executam, favorecendo a sua permanência em detrimento de uma mudança institucional. Há também as marcadas pelo autorreforço (esse é entendido como a reafirmação de uma *vantagem* adquirida) que pode estar baseado nas crenças dos atores sobre a legitimidade da instituição. Além dessas explicações, o autor ainda destaca a dependência de trajetória como

⁵ O autor escreve sobre o *path dependence* a partir da perspectiva do institucionalismo sociológico, que traz para a compreensão do reforço da trajetória mecanismo adicionais de legitimação da trajetória percorrida.

⁶ Segundo Pierson (2004), o termo *feedback* positivo ou retorno crescente é a reafirmações de uma trajetória que possui a probabilidade maior de avançar na medida em que se prossegue no mesmo caminho.



sequências reativas, em que cada evento sequencial é uma reação a um determinado evento. A reação pode transformar ou reverter os eventos iniciais, portanto ela difere da sequência de retornos crescentes, porém é importante, segundo o autor, para a dependência de trajetória, porque coloca em cadeia reações e contrarreações interligadas que conduz a uma trajetória específica.

O autor Arthur (apud BERNARD, 2012) compreende e conceitualiza o processo de dependência de trajetória como “processos baseados em eventos aleatórios e *feedbacks* positivos⁷ naturais”, sendo, portanto, esses retornos crescentes condição para que exista a dependência de trajetória. Já Arrow (2000) propõe como condição necessária para a dependência de trajetória os altos custos para revertê-la e não apenas os retornos crescentes. Para Pierson (2004), compreende essa como um mecanismo de retornos crescentes⁸ e como processos de autorreforço. Portanto, para o autor a dependência de trajetória é dinâmica no sentido que pode gerar vários resultados diferentes dependendo da sequência dos eventos.

Dessa forma, a análise que Pierson (2004) propõe é que uma vez decidido o momento inicial, ou seja, uma vez dado o primeiro passo, a cada passo adiante na mesma trajetória produz um aumento na permanência da mesma. O autorreforço⁹ é a reafirmação de uma *vantagem* adquirida na trajetória, ou seja, reforça as decisões na mesma trajetória porque a cada passo dado adiante, isto é, a cada passar do tempo no mesmo caminho, torna-se mais custoso à mudança ou reversão da trajetória. Já o retorno crescente é

⁷. Cf. Nota de rodapé nº6.

⁸ O mecanismo de retornos crescentes ou *feedback* positivo possui quatro características: imprevisibilidade (os primeiros eventos tem largo efeito e são parcialmente aleatórios, muitos resultados podem ser possíveis), inflexibilidade (quanto mais dentro do processo estiver, mais difícil torna mudar o caminho), nonergodicity (eventos acidentais não se anulam), ineficiência da trajetória (a longo prazo, o resultado estabelecido pode gerar retornos mais baixos do que uma outra alternativa)

⁹ Pierson (2004) apresenta no texto, quatro características do autorreforço: equilíbrio múltiplo (sob um conjunto de condições iniciais favoráveis ao *feedback* positivo uma série de resultados é geralmente possível), contingência (eventos pequenos que se ocorrerem em momentos certos podem ter grandes e duradouras consequências), papel fundamental do tempo e da sequência (no processo de dependência de trajetória o tempo e a sequência dos eventos é suma importância, isso porque o momento que um eventos ocorre é fundamental para os outros eventos), inércia (uma vez que o processo tenha estabelecido, o *feedback* positivo irá conduzir um único equilíbrio, sendo esse resistente a mudanças).



a reafirmação de uma trajetória que possui a probabilidade maior de avançar na medida em que se prossegue no mesmo caminho. Assim, os estágios iniciais se retroalimentam e reforçam mantendo as decisões dentro da trajetória, até aquelas que teriam como intuito a mudança, pois essa irá se restringir aos possíveis caminhos na mesma trajetória.

Para este autor, na arena política certos processos contribuem para que ocorram os retornos crescentes (*feedback* positivo): alta densidade das instituições (especialização dos atores políticos em relação as instituições já existentes, a criação de novas instituições teriam altos custos), possibilidade de usar a autoridade política para aumentar as assimetrias de poder, ação coletiva (as ações dos atores são dependentes das ações e decisões de outros autores, portanto, a ação coletiva será baseada na expectativa adaptativa), complexidade da política (os atores são inseridos em um contexto complexo e de alta opacidade, por isso possuem mapas mentais que filtram informações e incorporam somente aquelas que reforçam sua visão de mundo).

Pierson (2004) ainda destaca que a mudança da trajetória na política enfrenta obstáculos, o horizonte de curto prazo dos atores políticos e o forte viés do *status quo*¹⁰ associado às regras de tomada de decisão.

Já os atores políticos estão interessados no curto prazo e nas consequências das suas ações em curto prazo. A principal razão para o isso é a lógica eleitoral.[...]Na política, tanto as políticas públicas quanto as instituições são projetadas para serem difíceis de derrubar, isso ocorre por duas razões: primeiro, os atores que projetam vinculam os sucessores as instituições e políticas públicas (tornando-as um legado). Segundo, em muitos casos os atores políticos são obrigados a se vincularem. O que se chamaria de compromissos creíveis, mesmo que esses atores políticos pudessem fazer algo melhor, em curto período de tempo, suas ações estariam influenciadas pelo vínculo das decisões passadas. (PIERSON, 2004; p. 41- 43 *tradução própria*).

¹⁰ Segundo Pierson (2004), de modo geral, a manutenção do *status quo* é em grande medida devido a aprendizagem de operação das instituições, acarretando uma reprodução e *feedback* positivo.



Portanto, para Pierson (Idem), a mudança da trajetória será possível em momentos únicos e críticos, e que possibilitam pontos de mudança. Também pode ocorrer pelos pequenos eventos que acarretam em grandes mudanças ou por meio de mudanças incrementais que são pequenas mudanças, mas somadas podem acarretar grandes mudanças.

De modo geral, apesar da dependência de trajetória ser compreendida de muitas maneiras, os autores dialogam na mesma linha; o tempo é importante para a análise. Pierson (2004) reforça que além do tempo a sequência dos eventos também é de grande importância para compreender a dependência de trajetória e auxiliar em uma análise mais completa e complexa para as ciências sociais e, principalmente, para a Ciência Política. Depois da apresentação da dependência de trajetória e dos argumentos que a diz respeito, na próxima seção discorreremos como ela pode ser utilizada para os estudos nas políticas públicas, propiciando uma análise com outra perspectiva dos assuntos dessa área na Ciência Política.

A dependência de trajetória e políticas públicas

A política pública pode ser dividida, em três fases gerais de estudo, a elaboração, implementação e avaliação. A escolha do ciclo¹¹ de políticas públicas a partir dessas três fases é apenas para simplificar a apresentação, possibilitando maior foco nas possibilidades da análise temporal. Portanto o objetivo dessa parte no trabalho é discorrer como a dependência de trajetória pode ser utilizada nessas três fases.

¹¹ O '*policy cycle*' utilizada acima é o modelo mais simplista e possui fortes críticas uma vez que deixa despercebidos outros elementos da política pública. Klaus Frey propõem uma subdivisão mais complexa com as seguintes fases: "percepção e definição de problemas, 'agenda *setting*', elaboração de programas e decisão, implementação de política e avaliação de políticas e eventual correção de ação" (2000, p.226). Já Howlett et. al. (2013) propõem a seguinte divisão: montagem da agenda, formulação (instrumentos e design), tomada de decisão, implementação e avaliação. Como o foco desse artigo é demonstrar os usos e benefícios que o uso do *path dependence* pode realizar nas pesquisas e não as etapas de construção de uma política pública utilizaremos o modelo mais simplista de ciclo de políticas públicas, por ser o mais didático e de fácil compreensão.



A elaboração de políticas públicas, processo no qual serão delimitados o objetivo, os meios para alcançá-lo e as normas para regular a sua execução, ao serem colocadas em análise a partir da dependência de trajetória pode ajudar a elucidar aspectos referentes às instituições, formais e informais, que influenciam a sua elaboração. Segundo Göttems et. al. (2009, p.1411) “parte-se da premissa de que as características institucionais e a trajetória da política constituem categorias que refletem o conjunto de regras e acordos que norteiam a política nos diferentes momentos”.

As normas e regras existentes da atribuição de competências para aqueles que irão executá-la, os recursos disponíveis para sua execução e qual fonte irá provê-los mantendo a política em execução, quanto à capacidade de mudança e adequação aos diversos cenários existentes em que será implementada. Quanto às instituições informais as percepções, ideologias e valores dos formuladores acabam influenciando as decisões tomadas e o desenho da política pública. Para Rocha (2004) isso representa a forma como estão organizados e as percepções dos atores em relação ao sistema.

“o conceito de dependência de trajetória e o mapeamento histórico sobre as percepções, ideologias e valores dos atores envolvidos na formulação de políticas públicas é possível constatar a dependência, como também a trajetória que ocorre.” (PUTMAN apud Rocha; op. cit., p.8).

No caso da elaboração as instituições formais e informais, podem ser observadas a partir de um estudo da trajetória da política pública, sendo possível analisar tanto o impacto delas na forma de execução da política com o passar do tempo, ou como as mudanças nas próprias instituições, formais e informais, reverberaram na formulação da política. Para essas análises é possível utilizar o conceito de dependência de trajetória que traz como aspectos importantes o autorreforço, retornos crescentes em uma determinada trajetória, e as possibilidades de ruptura, sejam elas por pontos incrementais ou momentos críticos.



Um exemplo de mudança institucional que impacta na elaboração de políticas públicas é a descentralização federativa de 1988, com a Constituição Federal. As políticas públicas formuladas a partir de então são tanto resultado de uma mudança institucional como precursoras de uma nova mudança para cada ente federativo, que tem que adaptar-se as elas. Aqui podemos observar a adaptação, como ressaltou Guerra et. al. (2014) pelo aumento de normas e regulações, após a implementação da política, com o intuito de racionalizar os recursos, delimitar as ações e obrigações dos entes federativos. O autor Rocha (2004) apresentou também como exemplo dessa adaptação dos entes federativos os processos participativos locais em políticas públicas. Outro exemplo que pode ser citado é a elaboração de políticas públicas com um novo “desenho” ou formato, como exemplo mais específico a intersetorialidade do Programa Bolsa Família, que também acarreta aos federativos a necessidade de adaptação e até mudanças nas instituições para possibilitar melhor a execução dessa política.

Outra possibilidade de análise de mudança institucional em políticas públicas é a observação das mudanças pela divisão dos atores¹² nos grupos envolvidos na elaboração de políticas públicas e seu poder de negociação, já que esses custos são determinados pelas instituições. Uma mudança institucional pode reordenar os atores em diversos outros grupos e com relação ao seu poder de negociação, acarretando um aumento ou diminuição dos custos de mudanças de outras instituições.

Já na fase de avaliação que serão aqui observadas em conjunto com as outras fases apenas por critério de escolha¹³. As fases de formulação e implementação podem ser destacadas, no processo de avaliação de uma política pública; uma vez que, a avaliação possibilita averiguar se os objetivos da política pública estão sendo atingidos, quais os efeitos do resultado dele, e

¹² Podemos destacar como principais atores no processo de formulação de políticas públicas, os burocratas responsáveis pelo processo de formulação e execução da política, os fornecedores de insumo e serviços ao poder público e a sociedade civil que são tanto usuários da política pública quanto cobradores da sua formulação. (Dye, Thomas; 1998)

¹³ É necessário destacar que o processo de avaliação e monitoramento percorre todas as fases do ciclo de políticas públicas.



caso não tenha sido atingido quais as dificuldades ou barreiras para alcançá-lo. No caso da avaliação de uma implementação em um eixo temporal, pode-se destacar os efeitos da implementação, se houve ou não uma mudança institucional em relação às práticas de execução da política como, práticas administrativas, arranjo organizacional, de recursos, participação popular, entre outros.

Segundo Rocha:

O momento da implementação constitui-se na etapa em que antigos arranjos institucionais são substituídos e em que se abrem possibilidades de investigação a respeito das repercussões que os novos procedimentos e normas trazidos com a política pública poderão gerar. (2004; p.1)

No caso brasileiro, observar se houve ou não uma mudança institucional na implementação da política pública é de grande importância, pois permite que o pesquisador observe questões como o impacto que o arranjo institucional de uma política pública tem nas formulações locais; as adequações locais feitas na execução da política; dentre outros aspectos, como exemplos a implementação descentralizada e a capacidade que os entes federativos, principalmente dos municípios, atribuem certa autonomia a esses para tomar decisões referente à execução da política e formular políticas públicas locais.

Conforme exemplo supracitado do Programa Bolsa Família, como política pública intersectorializada entre áreas de saúde, educação e assistência social como um novo desenho e planejamento de política pública. Nessa política os municípios, implementadores do programa, tiveram que aprender a executar e a gerir a política interligando as três áreas. Esse novo planejamento de políticas públicas, uma vez institucionalizado, tanto com o Programa Bolsa Família como com outras políticas públicas, pode influenciar na formulação de políticas públicas locais intersectoriais, na criação de mecanismos de comunicação entre os diversos setores e na possibilidade de mudança do modo de planejamento até então setorializado.



A fase da implementação, assim como nas outras fases da política pública, possibilita grandes mudanças que são destacadas ou observadas, em grande medida, quando ocorre a avaliação. Porém muitos outros pontos são observados pela avaliação. A avaliação de políticas públicas¹⁴, também permite observar o alcance dos objetivos dessa política, ou seja, se houve ou não mudanças (essas mudanças podem ocorrer nas instituições formais e informais) propiciadas pelo cumprimento do objetivo da política, e se ocorreu mudanças nos objetivos iniciais da política pública.

Toda política pública tem um objetivo a ser alcançado, sendo alguns mais complexos que outros. Na elaboração da política é decidido o foco do objetivo e as medidas para alcançá-lo. Durante a execução, a idealização do alcance do objetivo entra em choque com a realidade, a dificuldade do cumprimento das normas, com a aceitação ou não de contrapartidas por parte dos grupos beneficiários da política, além de outras dificuldades e barreiras. Além disso, o objetivo inicial de uma política pública pode mudar durante a sua execução, isso ocorre, por exemplo, quando os objetivos traçados inicialmente não possibilitam o alcance satisfatório dos resultados esperados.

Ao propor uma análise temporal da avaliação dos objetivos da política, o pesquisador pode observar os pontos de mudança, ou não, na trajetória das decisões tomadas sobre as medidas para atingir os objetivos e os resultados provenientes do seu alcance, ou seja, se há uma mudança progressiva a partir do alcance do objetivo, se é uma mudança pontual, se é necessário à expansão do objetivo ou à mudança dos meios para alcançá-lo.

Além disso, o processo de avaliação¹⁵ propicia encontrar “problemas” e dificuldades nas políticas públicas à de ineficácia em alcançar os objetivos propostos pela política (como visto anteriormente), de dificuldade no

¹⁴ A fase de monitoramento também possibilita averiguar e observar o alcance dos objetivos da política pública, as mudanças ocorridas e o cumprimento do(s) objetivo(s) da política. No entanto a fase de monitoramento não é mencionada no texto, pois a escolha feita pelo ciclo de políticas públicas não a envolve. Porém é importante esclarecer para o leitor que não é apenas a fase de avaliação que irá observar o(s) objetivo(s) da política, como está sendo executada e as mudanças ocorridas.

¹⁵ Assim como visto na nota de rodapé anterior, a fase de monitoramento também propicia encontrar problemas, dificuldades nas políticas públicas.



cumprimento das normas e na execução pelo implementador, e de interferência ou impacto de outros elementos que estão associados a política possibilitando aos formuladores encontrar resoluções, promover melhorias e mudanças, visando sempre obter maior eficiência¹⁶.

Ao propor uma análise temporal do processo de avaliação, ou uma avaliação contínua, o pesquisador pode observar as respostas dadas pelos formuladores ao longo do tempo para essas melhorias das políticas públicas. Observando atentamente possíveis mudanças no caminho da trajetória, por meio de respostas ou medidas que até então não tinham sido tomadas em outras políticas públicas. Ou decisões na mesma trajetória, mesmo quando seriam possíveis pequenas mudanças.¹⁷

A análise da política pública seja ela efetuada em qualquer de suas fases de seu estudo e a partir de outros modelos de ciclo de políticas públicas (não apenas no modelo exposto neste trabalho), quando realizadas pelo uso da técnica de temporalidade, possibilita ao pesquisador; observar questões e aspectos que poderiam ser camuflados, por uma análise pontual. Um dos déficits da análise de políticas públicas no Brasil, principalmente referente à avaliação, é falta de estudos contínuos que leve em consideração o tempo: antes, durante e depois da implementação, o que possibilitaria destacar nas políticas públicas os pontos de mudanças. Por isso, a importância da utilização nas análises da dependência de trajetória e dos conceitos que ela traz consigo se faz mais que necessária.

¹⁶ Segundo Pierson (2004) as propostas de “mudança” em sua maioria caminham na mesma trajetória que a decisão inicial. Isso porque os atores agem conforme sua aprendizagem do funcionamento institucional e do seu mapa mental, portanto as mudanças propostas correspondem a uma variação dentro da mesma trajetória ou a pequenas mudanças incrementais.

¹⁷ Mahoney (2000) destaca em seu texto os momentos de possíveis mudanças na trajetória, mas que devido ao retorno crescente há a permanência na mesma, em razão de uma habilidade adquirida pelos executores. Portanto o retorno crescente proporciona alguns benefícios com a adoção contínua em uma mesma trajetória e assim torna cada vez mais difícil transformá-la, mesmo quando outras alternativas forem mais eficientes. Muitas vezes essa permanência é decorrente de mecanismos de funcionalidade e legitimação da trajetória.



Conclusão

Nesse trabalho tivemos como objetivo discorrer sobre a análise temporal em estudos de políticas públicas. Os autores destacados apresentam a importância da história, do tempo e da trajetória como uma possibilidade, ao pesquisador, de uma visão menos focada e interessada no instantâneo ou em uma particularidade descolada desse tempo e o espaço. A formação de conceitos e teorias que abrangem a perspectiva temporal devem ser observadas pelo pesquisador como uma alternativa ou complementaridade à análise que por se tratar de um modo mais completo e complexo de observação e análise do objeto de pesquisa .

Na área de políticas públicas, não diferentes de outras áreas da Ciência Política, mas principalmente por poder contribuir de forma mais pragmática para melhorias nas ações do Estado, um estudo que desconsidere o tempo e a cadência dos eventos deixará de levar em consideração em sua análise certos elementos que interferem direta e indiretamente no resultado de uma política pública. Assim como existem outros elementos que não estão relacionados com a temporalidade ou a cadência de eventos mas, que também interferem nas políticas públicas e devem ser levados em consideração nas pesquisas. Como vimos anteriormente, nas três fases da política pública podemos utilizar para a sua análise a temporalidade e a sequência de eventos. Destaco a fase de avaliação, uma vez que essa pode ocorrer antes, durante ou depois da formulação e implementação e que, portanto já carrega na sua função a temporalidade Entretanto é importante deixar claro que o panorama completo da política pública só torna possível quando observada as três partes juntas.

Apesar de o texto destacar a importância de uma análise, que traz consigo elementos da temporalidade e da sequência de eventos, muitas são as barreiras para o pesquisador brasileiro utilizar desse método. Além da delimitação de um período a ser estudado já se torna uma dificuldade, a falta de dados e informações de séries temporais das políticas públicas, o próprio



manuseio das séries temporais longas de dados e de investimentos em análises contínuas de políticas públicas.

Bibliografia

ARROW, K. J. Increasing returns: historiographic issues and path dependence. ***The European Journal of the History of Economic Thought***, v.7, n.2, p.171-180, 2000.

BERNARDI, B. Bruno. **O conceito de dependência de trajetória** (*path dependence*) definições e controvérsias teóricas. Perspectivas, SP, 2012.

DYE, R. Thomas, **Understanding Public Policy**. Prentice Hall. 1998.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Rev. Planejamento de Políticas Públicas, 2000.

GUERRA, M., GONÇALVES, O. A., CHAEBE, G.,. **Instituições e políticas públicas no Brasil: agenda de pesquisa para a saúde**. Revista Gestão e Saúde, 2014.

GÖTTES, B. D. L., EVANGELISTA, S. N. M., PIRES, R. G. M. M., SILVA, F. M. A., SILVA, A. P.; **Trajetoira da política de atenção básica à saúde no Distrito Federal, Brasil (1960 a 2007): análise a partir do marco teórico do neo – institucionalismo histórico**. Caderno Saúde Pública, RJ, 2009.

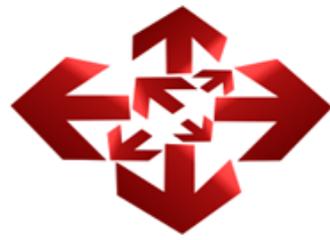
HALL, P.& TAYLOR, R., **As três versões do neo – institucionalismo**. Lua Nova, 2003

HOWLETT, M., RAMESH, M., PERL, A.; **Política Pública: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral**. Editora Elsevier, 2013

LABRA, E. Maria. **Análise de políticas, modos de *policy making* e intermediação de interesses: uma revisão**. Revista Saúde Coletiva, RJ, 1999.

MAHONEY, J., ***Path dependence in historical sociology***, Theory and Society, 2000.

MAHONEY, J., & THELEN, K., **A theory of gradual institutional change**. In: J. Mahoney & K. Thelen, Eds Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power. Cambridge: Cambridge Press. 2010.



NORTH, D. C., **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge University Press, 1998.

PIERSON, P., **Politics in time:** History, institutions and social analysis. Princeton: Princeton University Press. 2004.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCHA, Roberto, **A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo** – institucional: avanços e validade. Cadernos EBAPE, 2004